

PARTICIPAÇÃO ATIVA DO IDOSO NA SOCIEDADE ATRAVÉS DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Autha Maria Mendes de Oliveira. Irla Andrade Dantas. Luívia Fragoso de Barros.

Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (medicinafcm@globo.com).

RESUMO

Introdução O crescimento da população idosa é um acontecimento mundial e ocorre em alto nível; levando ao crescente o interesse pelas questões ligadas à sua qualidade de vida. A sanção do Estatuto do Idoso é uma das consequências da preocupação governamental. A qualidade de vida é importante para a promoção da saúde e para o bem-estar social das pessoas; a capacidade para o trabalho é a base para esse bem-estar e as variáveis que a afetam podem ser influenciadas por vários fatores. **Objetivo** destacar a importância da participação ativa do idoso na sociedade através da inserção no mercado de trabalho. **Metodologia** Revisão de literatura narrativa, sendo os dados coletados nas bases SCIELO. **Resultados e discussão** O preconceito em relação ao idoso está relacionado à visão mal construída e preconceituosa em relação ao mesmo. Porém, muitas de suas contribuições não se medem em termos econômicos e contribuem para a preparação da futura força de trabalho. É preciso elucidar diversas formas de preconceito e socializar conhecimentos sobre a relação envelhecimento x trabalho, legitimando que o emprego continuado não reduz oportunidades para os jovens, construindo estratégias de intervenção que incluam a sociedade. **Conclusão** Com o rápido crescimento da população idosa, são necessárias intervenções e garantias para uma boa qualidade de vida; permitir aos idosos que continuem realizando tarefas remuneradas enquanto desejarem e possam fazê-lo, sendo primordial que os profissionais de saúde exerçam o seu papel de mediadores, motivando os idosos e suas famílias a participar de todos os âmbitos da vida social.

Palavras-chave: envelhecimento e trabalho, participação ativa, qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O crescimento da população idosa é um acontecimento mundial e ocorre em alto nível. Em 1950, o número de idosos, ou seja, pessoas com 60 anos ou mais, representavam apenas 8% da população mundial; no Brasil, a população com essa faixa etária deve passar de 14,9 milhões (7,4% do total), em 2013, para 58,4 milhões (26,7% do total), em 2060. No período, a expectativa média de vida do brasileiro deve aumentar dos atuais 75 anos para 81 anos. (IBGE, 2013). Esse fenômeno já era observado e desperta atenção de pesquisadores, observando-se, também no Brasil, um crescente interesse pelas questões ligadas à qualidade de vida na terceira idade (Freire, 2000).

A sanção do Estatuto do Idoso, Lei nº 10741, de 1º de outubro de 2003, é apenas uma das consequências da preocupação governamental com os idosos do Brasil. Este garante direitos fundamentais (individuais, sociais, difusos e coletivos), cabendo ao estado, à comunidade, à sociedade e à família a responsabilidade pela asseguarção desses direitos (Brasil, 2003).

O grupo de qualidade de vida da OMS vem sendo estimulado a realizar estudos devido ao reconhecimento de que a qualidade de vida constitui um tema importante para a promoção da saúde física e mental e para o bem-estar social das pessoas. A qualidade de vida foi definida por esse grupo como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (Fleck et al., 2000).

A capacidade para o trabalho é a base para o bem-estar e as variáveis que a afetam podem ser influenciadas por fatores relacionados ao indivíduo, ao ambiente e à vida fora do trabalho, conforme o modelo conceitual multidimensional. Embora o envelhecimento funcional frequentemente se faça notar antes do envelhecimento cronológico, há evidências de que o trabalho formal ou voluntário é um importante protetor de incapacidade e está relacionado à manutenção do bem-estar, da atividade física e do estilo de vida ativo entre a população idosa.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida foi a de revisão de literatura narrativa, os dados foram coletados nas bases SCIELO. A elaboração deste estudo implicou em leitura da bibliografia básica e análise das informações obtidas que passaram a fazer parte do corpo deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O preconceito em relação ao idoso está relacionado à visão mal construída e preconceituosa em relação ao mesmo, sendo o idoso visto, na maioria das vezes, como incapaz, improdutivo e dependente; especialmente no Brasil, devido as suas bases culturais. Porém, através de trabalhos direcionados à terceira idade esta realidade vem se demonstrando falsa e comprovando que o idoso muito tem a contribuir em nossa sociedade. Esse preconceito é considerado, portanto, um tipo de juízo provisório “porque não possuem nenhuma teoria que os sustentem, ou seja, são pensamentos empíricos baseados na experiência cotidiana e social das pessoas” (Guimarães, 2002).

A contribuição social e econômica dos idosos vai além de suas atividades econômicas, já que com frequência essas pessoas desempenham funções cruciais na família e na comunidade. Muitas de suas contribuições não se medem em termos econômicos, como no caso dos cuidados prestados aos membros da família e a realização de atividades voluntárias na

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

www.cieh.com.br

comunidade. Além disso, essas funções contribuem para a preparação da força de trabalho futura. É preciso reconhecer todas essas contribuições, inclusive as de trabalhos não remunerados realizados pelos idosos em todos os setores. A participação em atividades sociais, econômicas, culturais, esportivas, recreativas e de voluntariado contribui também para aumentar e manter o bem-estar pessoal (Brasil, 2000).

Uma grande determinante da sociedade atual é sua dificuldade em lidar com as diferenças, que estigmatiza, provocando um sentimento de impotência e de exclusão ao afastar determinadas pessoas do mercado de trabalho. É importante que se elucide essas diversas formas de preconceito, estigma e exclusão e que sejam socializados os conhecimentos sobre a relação envelhecimento x trabalho, para que sejam construídas estratégias de intervenção, que incluam os diversos segmentos da sociedade envolvidos com essa questão (Sobral 1999).

Em mais uma das contradições do mundo moderno, a aposentadoria é vista como um direito e uma conquista do trabalhador, depois de muitos esforços e anos de trabalho; além disso vê-se a depreciação do sujeito depois de aposentado, que passa a ser visto como improdutivo e, portanto, inútil. O idoso aposentado necessita, muitas vezes, permanecer trabalhando por necessidade financeira, considerando-se que, para grande maioria dos brasileiros, os valores recebidos como aposentadoria não cobrem as suas necessidades de manutenção e de seus dependentes, principalmente quando cabe ao idoso o papel de mantenedor do grupo familiar (Guimarães, 2002).

Para se efetivarem ações que incluam o idoso no mercado de trabalho, é necessário saber as reais necessidades dos idosos, compreender o que pensam sobre sua condição de aposentado e sobre o trabalho em sua vida, pois os desafios são muitos. Atualmente se vivencia uma crise social e os mais jovens já sofrem com o desemprego; e as chances dos mais velhos são ainda menores no mercado de trabalho. Os que pretendem ingressar no mundo do trabalho, enfrentam uma grande disputa, além de ter que cumprir com as exigências do mercado, que são cada vez maiores. Em um sistema econômico como o do Brasil, que valoriza mais a juventude, o posto de trabalho para idosos é mais difícil, pois são vistos como detentores de uma reduzida força produtiva, raramente levando-se em conta a experiência adquirida pelos mais velhos (Sobral, 1999).

O aumento da proporção de pessoas idosas na população brasileira e, conseqüentemente, na População em Idade Ativa (PIA) e na População Economicamente Ativa (PEA), vem ganhando cada vez mais importância; e os motivos que levam o aposentado a continuar ou não a trabalhar são muito complexos. Busca-se entender, então, os motivos e as repercussões dessa opção no cotidiano dos indivíduos. Deve-se levar em conta os aspectos econômicos da vida dos sujeitos, uma vez que, quanto menor a renda, maior será sua preocupação quanto à aposentadoria. Sujeitos com problemas econômicos, no momento em que se aposentam, podem ter sua renda insuficiente para a sobrevivência. Esse fato é um forte

motivo para mais de 4,6 milhões de idosos (cerca de um terço dos idosos brasileiros) retornarem ao trabalho depois de aposentados (IBGE, 2002).

É preciso reconhecer que o emprego continuado de trabalhadores mais velhos não reduz necessariamente as oportunidades de trabalho para os jovens e faz uma contribuição constante e valiosa para a melhoria da atividade e da produção econômica nacional, que pode beneficiar, por sua vez, todos os membros da sociedade. A economia geral também pode beneficiar-se de outros planos para utilizar a experiência e os conhecimentos de trabalhadores idosos na capacitação dos empregados mais jovens e novos (IBGE, 2002).

Um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo Brasil é relativo à previdência social, apesar de também ser uma preocupação a nível mundial, havendo necessidade de discutir-se profundamente a problemática, até serem encontradas as formas mais adequadas ao seu enfrentamento, tanto nos âmbitos sociais, como nos econômicos. Com a longevidade mais pessoas passam a depender, durante mais tempo, da seguridade social, e com a diminuição da natalidade, torna-se cada vez mais reduzido o número de contribuintes para o sustento do sistema. “A longevidade, trouxe novos desafios, sendo um deles a necessidade de assistência, proteção social e o crescente número de pessoas que deixam a força de trabalho antes da idade para a aposentadoria por idade prevista no sistema” (Brasil, 2000).

CONCLUSÃO

Com o rápido crescimento da população idosa, são necessárias intervenções direcionadas à saúde, inserção no mercado de trabalho, medidas de proteção social e garantias para uma boa qualidade de vida futura para os idosos. Além de aprofundar os estudos teóricos sobre o processo de envelhecimento, compete a profissionais de diversas áreas realizar investigações na área, desvelando a realidade da vida das pessoas que estão na denominada "terceira idade", em seus diversos aspectos.

Ao tratar sobre o envelhecimento, é importante que a questão da aposentadoria não seja esquecida, pois esta não garante uma boa qualidade de vida para os idosos, apesar de ser um direito conquistado pelos trabalhadores. Muitos idosos são hoje os mantenedores da família, necessitando reinserção no mercado de trabalho, e em alguns casos, se submetendo à atividades precárias e sem proteção social. A dificuldade do idoso em ingressar no mercado de trabalho está ligada a diversas questões que devem ser entendidas, entre elas o fato do idoso sofrer preconceitos quanto a sua idade e aposentadoria.

Deve-se permitir a idosos que continuem realizando tarefas remuneradas enquanto desejarem e possam fazê-lo produtivamente. De certa forma, o desemprego, o subemprego e a rigidez do mercado de trabalho impedem que isso ocorra, restringindo as oportunidades dos indivíduos e privando a sociedade de seu vigor e de seus conhecimentos. Além disso, é necessário que se conscientize, cada vez mais, das vantagens de ter idosos na força de

trabalho; as organizações de idosos constituem um meio importante para facilitar a participação mediante a realização de atividades de promoção e o fomento da interação entre as gerações.

É primordial, entretanto, que os profissionais exerçam o seu papel de mediadores, motivando os próprios idosos e suas famílias a participar de todos os âmbitos da vida social. Eles precisam ser mobilizados a lutar pelos seus direitos e pelas políticas públicas, a superar as dificuldades apresentadas, a discutir leis, a propor serviços e programas e a fiscalizar o uso dos bens e recursos públicos, que devem beneficiar, indistintamente, a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Estatuto do idoso. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília, DF. 2003.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento. Área Técnica Saúde do Idoso. Brasília, DF. 2010.

FLECK, M. P. A; LOUZADA, S; XAVIER, M; CHACHAMOVICH, E; VIEIRA, G; SANTOS, L; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". Revista Saúde Pública, p. 178-183. 2000.

FREIRE, S. A; SOMMERHALDER, C. Envelhecer nos tempos modernos. Campinas, SP. Papirus. 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de 2010. IBGE, 2013.

GUIMARÃES, G. D. Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 17, 2002.

SOBRAL, B. Relações de trabalho na nova realidade populacional brasileira. In: Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.